



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico Conclusivo nº 02/2015/CTIL/CNRH/MMA

Assunto: Avaliação legal e institucional sobre a prorrogação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB-Peixe Vivo e IBIO-AGB Doce.

1. Histórico

1.1. A Secretaria Executiva do CNRH recebeu do Comitê de Integração para a Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul-CEIVAPa Carta nº 018/2015/PRES-CEIVAP, de 9 de abril de 2015, que encaminha a Deliberação nº 227, de 24 de março de 2015, referente à proposta de renovação da deliberação à **Associação Pró-Gestão das Águas da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul- AGEVAP** das funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul.

1.2. Em 11 de junho de 2015, o Comitê da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, por meio do Ofício CBHSF nº 103/2015, encaminhou a Deliberação CBHSF nº 84/2015, referente à renovação da **Associação Executiva de Apoio à Gestão de Bacias Hidrográficas Peixe Vivo-AGB Peixe Vivo** para desempenhar as Funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

1.3. Em 26 de junho de 2015, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce encaminhou a Secretaria Executiva do CNRH, por meio do Ofício nº 35/2015/CBH-DOCE, a Deliberação CBH-DOCE nº 46, de 25 de junho de 2015, que aprova a prorrogação da indicação do **Instituto BioAtlântica – IBIO** para desempenhar funções de Agência de Água na Bacia Hidrográfica do Rio Doce.

1.4. Em face dessas solicitações, a Secretaria Executiva do CNRH solicitou à Agência Nacional de Águas que elaborasse um documento para subsidiar o posicionamento da CTIL. Em 03 de agosto de 2015, a ANA enviou o Ofício nº 100/2015/SAS-ANA, encaminhando a Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS, de 29 de julho de 2015.

2. Análise

2.1. A Nota Informativa nº 12/2015/CSCOB/SAS descreve que para a renovação da delegação de funções de Agência de Água às entidades descritas no Item I deste Parecer, o principal requisito foi cumprido, no qual os respectivos Comitês deliberaram em favor da renovação. Outra condição relatada na Nota foi a manutenção da cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União nas bacias hidrográficas, e que a totalidade desta arrecadação está assegurada às respectivas entidades delegatárias.

2.2. Segundo a ANA, as entidades delegatárias têm demonstrado o cumprimento de suas obrigações, em conformidade com os respectivos contratos de gestão assinados com interveniência dos comitês de bacia hidrográfica, demonstrando que estão mantidas



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE

SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

as condições para a renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB – Peixe Vivo e IBIO – AGB Doce.

2.3. Em 20 de agosto de 2015, as deliberações dos Comitês de Bacias Hidrográficas, juntamente com a Nota Informativa da ANA e as minutas de resolução do CNRH que aprovam a renovação das delegatárias foram pautadas durante a 135ª Reunião da CTIL, para avaliação quanto aos procedimentos legais e institucionais do processo.

2.4. Durante a reunião foi levantada a questão sobre a sustentabilidade financeira dessas entidades, tendo em vista as recorrentes manifestações destas quanto às dificuldades financeiras para o cumprimento de suas atividades. Neste sentido, alguns membros destacaram que o documento elaborado pela ANA deveria ter apresentado um detalhamento quando a esse tema, o que daria maior segurança para os membros se posicionarem sobre o assunto. Enfatizaram que respeitam a decisão dos comitês.

2.5. Por outro lado, também foi apontado pela ANA e outros membros da CTIL, que se trata de uma prorrogação de prazo e que os critérios necessários para tal fim foram atendidos.

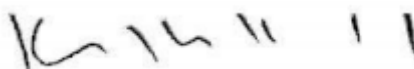
2.6. Foi aberta votação entre os membros para a aprovação das solicitações e a matéria foi aprovada, com oito votos favoráveis e quatro abstenções. Assim, o Presidente CTIL fez o encaminhamento solicitando, por pedido do representante das Indústrias, que durante a reunião Plenária do CNRH a ANA faça uma explanação mais detalhada sobre a sustentabilidade financeira das delegatárias.

3. Conclusão

3.1. Após a análise legal e institucional, as solicitações de renovação das delegações de funções de Agência de Água às entidades AGEVAP, AGB Peixe Vivo e IBIO – AGB Doce foram aprovadas. As propostas de resoluções do CNRH serão encaminhadas ao Plenário para apreciação dos conselheiros, nos termos da Lei 10.881/2004.

Este é o parecer

Em, 21 de agosto de 2015.


JULIO THADEU SILVA KETTELHUT
Presidente da CTIL